

RESISTINDO COM QUEM RESISTE

Fundo
Brasil

15
anos



quem somos

Instituidores

Abdias do Nascimento | 1914-2011
Margarida Genevois
Dom Pedro Casaldáliga | 1928-2020
Rose Marie Muraro | 1930-2014

Conselho de Administração

Darci Frigo
Jurema Werneck
Mafoane Odara
Rafael Lins Bezze
Susy Yoshimura

Conselho Consultivo

Cersem Luciano Baniwa
Jorge Eduardo Durão
Kenarik Boujikian
Paulo Carbonari
Veriano Terto
Viviane Menezes Hermida

Conselho Fiscal

Cisela Sales Cordeiro
Karla Battistella
Marcelino dos Santos

Superintendência

Ana Valéria Araújo | Superintendente
Allyne Andrade e Silva | Superintendente adjunta

Gerência Geral

Cislene Aniceto

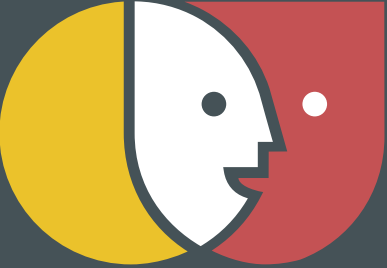
Fundo Brasil de Direitos Humanos

Telefone: + 55 11 3256-7852
www.fundobrasil.org.br
facebook.com/fundobrasil
twitter.com/fundobrasil
instagram.com/fundobrasil
linkedin.com/company/fundo-brasil

Equipe Editorial

Editores responsáveis: Ana Valéria Araújo,
Mônica Nobrega e Maitê Freitas
Coordenação editorial: Maitê Freitas
Edição: Maitê Freitas, Mônica Nobrega e Rafael Ciscati
Redatoras: Aline Rodrigues, Camila Lima, Laís Diogo
e Thiago Borges, Helena Indiará, Maitê Freitas, Naine
Terena, Sanara Santos, Vanessa Cancian

Ilustrações: Daisy Serena
Fotos: Acervo Fundo Brasil
Projeto gráfico: Brazz Design



EU
SOU
VOCÊ



Uma fundação capaz de responder às urgências de seu tempo

Por Ana Valéria Araújo

O Fundo Brasil de Direitos Humanos foi criado a partir de um sólido conceito de origem: em meados dos anos 2000, era preciso construir uma entidade apoiadora com experiência e olhar locais, enraizados no nosso próprio país, além de capilaridade profunda, para que ativistas e movimentos sociais pudessem fazer avançar no Brasil suas pautas relacionadas à justiça social.

Quinze anos depois, é com satisfação que olhamos para o percurso desta fundação e constatamos que a ideia original se mostrou eficaz e orientou um trabalho capaz de responder de forma consistente às demandas mais urgentes do tempo presente, olhando para o futuro.

Começamos apoiando pouco mais de 20 projetos a cada ano por meio de um edital geral voltado para o combate à violência institucional e à discriminação, que abraçava a formidável variedade de causas sob o guarda-chuva dos direitos

Ontem e hoje, oferecemos suporte a coletivos que têm projetos importantes de promoção de direitos humanos em seus territórios

humanos. Dessa forma, desde o início chegaram até nós as múltiplas ideias e entendimentos sobre a diversidade da vida brasileira, seus embates e os caminhos para o enfrentamento desses problemas, elaborados de forma autônoma, a partir da experiência real, do cotidiano.

Com absoluta confiança na capacidade de ativistas e de grupos de base de criarem estratégias

relevantes, efetivas para enfrentar violações de direitos que atingem suas comunidades, chegamos aonde outros apoios não chegam, em todo o território brasileiro. Ontem e hoje, damos suporte a coletivos que têm projetos importantes de promoção de direitos humanos em seus territórios, focados em suas realidades locais, mas que têm pouco ou nenhum acesso a outras fontes de recursos.

Simplificamos a relação entre quem apoia e quem recebe apoio, mantendo no centro dessa troca o cuidado com as pessoas e os recursos, sem abrir mão da transparência. Investimos em monitoramento, acompanhamento de projetos, criação de oportunidades para a articulação entre grupos e fortalecimento das capacidades de gestão dos recursos. Nossa equipe viajou o país para dialogar com um grande número de projetos e organizações em seus espaços de vida e resistência. Construímos, ano a ano, uma relação de mão dupla, aberta à escuta atenta do campo dos direitos humanos.

Essa escuta fica evidente na estratégia de editais voltados a pautas específicas que, com o tempo, passamos a lançar paralelamente ao edital geral. Apoiamos a mobilização da sociedade civil organizada pelo direito à cidade, contra desapropriações e mudanças urbanas gentrificadoras na época dos grandes eventos esportivos no país, na década de 2010. Abordamos o tráfico de pessoas; a violência contra as juventudes periféricas; o jornalismo investigativo independente quando as fake news começavam a mostrar suas garras e seu poder de influência política. Fortalecemos a litigância estratégica e tratamos de justiça criminal; do enfrentamento ao racismo a partir da base da sociedade; da discriminação e violência que atingem a população LGBTQIA+; dos direitos de povos indígenas.

Além de editais específicos, nossa escuta garantiu suporte a dezenas de situações de emergência, quando foi preciso dar apoio para salvar vidas de defensoras e defensores de direitos humanos e das pessoas de seu entorno, ou apoiar denúncias urgentes e proteção territorial na Amazônia brasileira. Os fundos emergenciais, inclusive para povos indígenas, são uma estratégia recente e necessária.

Também relativamente recente é o Programa Rio Doce. Por meio desse trabalho, na condição de expert do Ministério Público Federal, o Fundo Brasil apoia a participação e a luta das pessoas atingidas pela lama do rompimento da barragem de Fundão, em Minas Gerais, no processo para garantir a reparação integral dos danos que sofreram.

Tanto quanto nos é possível fazer projeções a partir dos indícios que o presente nos dá, também olhamos para o futuro. Esse olhar é sonhador, mas também é pragmático. Frentes de trabalho já em andamento serão fortalecidas por meio de parcerias que se estenderão pelos próximos anos. A primeira, com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), com objetivo de fortalecer suas estruturas e impulsionar a defesa dos direitos quilombolas. E a segunda, com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), para apoiar a

urgência da defesa dos direitos dos povos indígenas. São, ambas, pautas que dizem respeito a todos os brasileiros, na medida em que abordam questões decisivas da atualidade: segurança alimentar e conservação ambiental.

Vale dizer que esse crescimento nas abordagens do Fundo Brasil sempre foi consequência direta do fortalecimento de sua capacidade de ampliação do orçamento, de forma contínua e consistente, sem recuos.

Ao completar 15 anos de trabalho, o Fundo Brasil tem o orgulho e a alegria de ter apoiado mais de 920 projetos

Tudo isso também se deve a ativistas e lideranças das diversas pautas dos direitos humanos que desde o primeiro dia compõem as instâncias de governança da fundação. Estas instâncias, que constituem um diferencial do Fundo Brasil, foram desenhadas com o objetivo de sempre garantir, na gestão e na tomada de decisões, pessoas com profundo conhecimento das causas centrais para a luta por justiça social no nosso país. Pelos conselhos e posições diretivas desta fundação passaram, até hoje, e de forma voluntária, cerca de 50 pessoas, nomes fundamentais no percurso dos direitos humanos no Brasil.

É claro que uma caminhada de 15 anos não se faz sem desafios. Um dos mais importantes é o da mobilização ampla da sociedade brasileira para apoiar projetos de defesa de direitos. A captação de recursos do Fundo Brasil cresceu significativamente, e torná-la uma ferramenta de sustentabilidade da fundação também por meio da mobilização de recursos nacionais continua sendo um trabalho diário de criatividade e persistência. E que caminha lado a lado com o trabalho de promoção de filantropia para a justiça social — outra relevante frente e fonte de parcerias estratégicas

no sentido de criar uma cultura favorável aos direitos humanos, capaz de compreender a relevância de uma sociedade civil voltada para a defesa de direitos e, como consequência, apoiar e mobilizar recursos para fortalecer ainda mais o seu papel.

Ao completar 15 anos de trabalho, o Fundo Brasil tem o orgulho e a alegria de ter apoiado mais de 920 projetos.

Entendendo o encarceramento em massa e a violência de estado, exercida por meio de ataques das forças policiais contra populações negras e pobres das periferias disfarçados de política de segurança pública, como temas urgentes dos direitos humanos, há quase uma década começamos a trabalhar em apoios específicos para as organizações que voltam sua atuação para o campo da justiça criminal.

O enfrentamento ao racismo é um tema constantemente presente nas nossas linhas de apoio, desde o primeiro edital em 2007. Com o tempo, no entanto, a força desse debate na sociedade brasileira mostrou a necessidade de editais específicos para apoiar organizações de base antirracistas criadas e dirigidas por pessoas negras. Foram, até agora, dois editais específicos. Um terceiro será lançado em breve.

A emergência dos ataques contra defensoras e defensores de direitos humanos no país, as ameaças à vida e à integridade dessas pessoas, e a criminalização do próprio trabalho de defesa de direitos motivaram a criação de estratégias de apoio para enfrentar tais ameaças. O foco na segurança integral de pessoas defensoras de direitos é, hoje, uma pauta central no Fundo Brasil.

Estes três temas, mais a inescapável Covid-19 — que trouxe profundas mudanças à sociedade civil organizada e determinou novas prioridades para a fundação — são os assuntos principais da revista **Resistindo Com Quem Resiste**. Com esta publicação, nosso objetivo é contar o percurso dessas pautas e mostrar um pouco dos resultados que o trabalho das organizações de base, com apoio do Fundo Brasil, traz como contribuição à luta por justiça social.

Algumas palavras sobre a ideia de resultados devem ficar aqui registradas. O apoio do Fundo Brasil às organizações de base tem como objetivo central mobilizar pessoas cujos direitos são violados e proporcionar meios para que se fortaleçam enquanto protagonistas de suas próprias causas. O propósito é criar condições para que falem, expressem e defendam publicamente as suas propostas, os caminhos autônomos de soluções que constroem nos seus próprios territórios, a partir de um olhar comunitário.

Nesse sentido, ampliação do protagonismo desses sujeitos, surgimento de novos coletivos, capacidades organizativas fortalecidas, formação de redes de discussão e cooperação entre organizações, ou de solidariedade entre pessoas, são resultados relevantes e indicam projetos de sucesso. Com o tempo, é o conjunto dessas muitas iniciativas que faz as causas ganharem fôlego, expressão social ampla, capacidade de incidência sobre as instâncias de decisão, e criarem ondas de mudanças.

Esta publicação aborda, ao longo de suas páginas, os trabalhos e resultados de trinta organizações que já foram apoiadas pelo Fundo Brasil — algumas, mais de uma vez. E mostra como é possível gerar impacto até mesmo com pequenos apoios.

Por fim, a realidade revela que os direitos humanos nunca estão plenamente garantidos e que basta uma crise para que sejam questionados. É o que estamos observando, hoje, no Brasil: direitos vêm sendo seguidamente desconstruídos, sistematicamente negados, ou retirados.

No entanto, é válido lembrar que a defesa dos direitos humanos não segue um percurso linear. Essa é uma luta tão urgente quanto particular no que diz respeito ao seu ritmo. O fortalecimento da democracia se faz por meio de participação e diálogo amplos. Isso leva tempo e exige persistência, resiliência.

As iniciativas coletivas apoiadas pelo Fundo Brasil ao longo destes 15 anos ampliam os horizontes da democracia e trazem propostas plurais de futuro com mais justiça social.



Ampliação do protagonismo dos sujeitos, surgimento de novos coletivos, capacidades organizativas fortalecidas, formação de redes de discussão e cooperação entre organizações, ou de solidariedade entre pessoas, são resultados relevantes e indicam projetos de sucesso

Como fez até aqui, o Fundo Brasil seguirá, com ainda mais preparo, experiência e convicção, apoiando pequenas, médias e grandes organizações, grupos e coletivos de direitos humanos de todo o país.

Convidamos todas e todos a refletirem sobre a relevância desse trabalho e a se juntarem a nós nessa luta. 🇧🇷



*Ana Valéria Araújo é superintendente do Fundo Brasil de Direitos Humanos

sumário

10



Ensaio

Aqui vem
a turma
dos direitos
humanos

16



Enfrentamento ao racismo

A ampliação
do debate
racial

20



Justiça criminal

Justiça a
partir da base

26



Defensores de
direitos humanos

Defender
as vidas
que defendem
direitos

32



Covid-19

Primeiro,
sobreviver

37



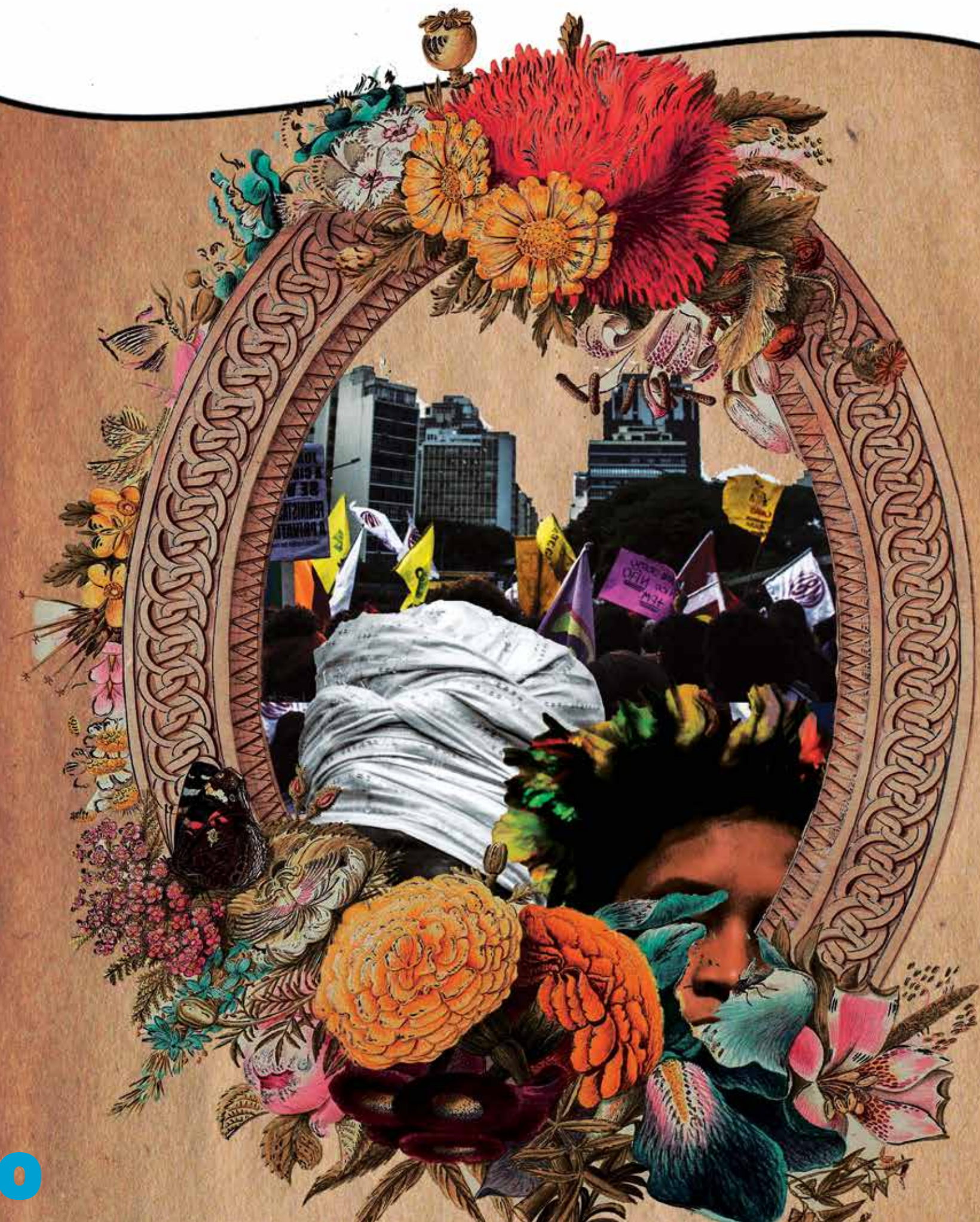
Nossos
Números em
15 anos

38



Nossa
Atuação

É fundamento, ser humano!



Aqui vem a turma dos direitos humanos

Caminhar coletivamente é ferramenta fundamental para a construção de um país com mais justiça social. Integrantes do Conselho de Administração do Fundo Brasil, Darci Frigo, Jurema Werneck, Mafoane Odara, Rafael Bezze e Susy Yoshimura refletem sobre os desafios à frente na luta pelos direitos humanos no Brasil

Por Maitê Freitas

Há uns quatro anos, diante de uma cena de violência policial, ao me aproximar empunhada do celular e questionar o que estava acontecendo, ouvi: “Lá vem a turma dos direitos humanos, sai para lá”. Assim, enxotando a mim e às minhas amigas, aquele agente do estado que, naquele momento, perpetrava violência institucional contra um jovem negro, mostrou que se sentiu ameaçado pelas câmeras e pela presença atenta de defensoras de direitos humanos. Nossa presença e atenção fizeram com que a abordagem mudasse de tom e o rapaz saísse vivo da situação.

Tivemos sorte? Não, tivemos coragem de encarar e nos impor diante de uma nítida situação de abuso — do tipo que acontece o tempo todo, fazendo com que o relógio marque que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil (ONU, 2017).

Situações limítrofes entre o direito à vida e a naturalização da violência são presenciadas e omitidas diariamente

Em outra situação, recentemente, voltando para casa com algumas amigas, presenciamos e intervimos em uma briga entre um casal jovem. O rapaz visivelmente transtornado estava prestes a agredir sua acompanhante, quando a turma “feminista e dos direitos humanos” se aproximou e tirou a garota da situação que poderia tê-la

colocado na estatística que indica que a cada ano, cerca de 1,3 milhão de mulheres são agredidas no Brasil (Pnad, 2019).

Situações limítrofes entre o direito à vida versus a naturalização da violência são presenciadas e omitidas diariamente. Se por um lado, as violências policiais, as violências domésticas, o racismo, o machismo e a miséria dos centros urbanos, no eixo sudestino, ganham destaques nos noticiários, por outro, os interiores, nortes e nordestes do Brasil são assolados pela disputa por terra e pelo descaso das políticas públicas.

De acordo com o relatório divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (2021), a violência contra os povos indígenas aumentou de forma sistêmica, seja pelo assassinato e perseguição às lideranças indígenas, seja pela invasão nas terras, pela aprovação de leis anti-indígenas



“Os direitos humanos são ferramentas para salvar vidas e garantir qualidade de vida. Nos empurram para o bem viver, envolvem um jeito de estar e pisar o chão do planeta, profundamente interativo com as forças da vida em todas as suas dimensões”

Jurema Werneck

ou pela procrastinação do estado em não avançar na demarcação de terras e tentar aprovar o Marco Temporal, reafirmando a colonização brasileira.

Do mesmo modo, o ódio contra a população negra, expressa por meio da violência policial, das desigualdades salariais entre negros e brancos, da invasão dos territórios quilombolas e desapropriação de moradias em zonas de especulação

imobiliária, da negligência no acesso à saúde, à educação e aos espaços de poder, mantém aceso o farol vermelho que aponta um projeto de país racista e enraizado nas sequelas da falsa abolição.

“Está todo mundo vendo a morte acontecer o tempo todo. Gravamos, publicamos e assistimos a morte acontecer, sem impedir. É importante ver, mas não é importante interromper. As pessoas estão tão aprisionadas que elas não sabem que podem interromper”, reflete a diretora executiva da Anistia Internacional, Jurema Werneck. Jurema integra o Conselho de Administração do Fundo Brasil.

Na ocasião dessa conversa com Jurema, os números da pandemia de Covid-19 ainda marcavam 400 mortes diárias, o equivalente a um avião caindo diariamente. As palavras-flechas certeiras de Jurema fazem sacudir e nos põem em atenção: “As pessoas estão achando isso normal, achando que isso está bom. Um avião cai e o país entra em luto. 400 mortes diariamente, não mobiliza para o luto. Isso não é só conjuntural, isso é quase estrutural no Brasil. Um país construído na base do genocídio sempre encontra ferramentas para atualizar os genocídios”, alerta.

Coordenador da Terra de Direitos, Darci Frigo afirma que o momento agora é de retomar a disputa de uma pauta importante: mostrar à sociedade brasileira que o discurso autoritário e conservador de que direitos humanos são defesa de bandidos contra pessoas de bem não tem fundamento. Frigo integrou o Conselho de Administração do Fundo Brasil até dezembro de 2021. Essa falsa afirmação, continuamente reiterada, ilustra o desconhecimento histórico de quem somos enquanto nação, e é usada para invalidar a luta e atuação dos grupos que defendem equidade e cidadania.

Há quinze anos, o Fundo Brasil de Direitos Humanos vem atuando na articulação e fortalecimento de grupos e lideranças, e no apoio a projetos coletivos de defesa de direitos humanos. Faz isso principalmente por meio de editais. Para Jurema Werneck, o Fundo Brasil surge como uma resposta às demandas da sociedade civil por apoio às práticas humanistas. “O Fundo vem há

“A coisa mais fascinante que tem no Fundo Brasil é acompanhar os projetos, acompanhar as histórias da diversidade da vida brasileira. A gente caminhou 15 anos e estamos aqui, diante dessa diversidade espelhada por sujeitos concretos, em todo o país”

Darci Frigo

quinze anos buscando por pessoas, histórias e práticas reais de defesa dos direitos humanos.”

São quinze anos de atuação e mais de 920 projetos apoiados em editais de combate à violência institucional e à discriminação de forma geral, bem como em editais voltados a causas específicas como enfrentamento ao racismo, proteção de defensoras e defensores de direitos humanos e redução da violência e da tortura no sistema prisional, por todo o país. Há um Brasil marcado por

“Sonhar é o que nos impulsiona à mudança. Precisamos mudar os paradigmas do sonho: deixar de sonhar individualmente, para sonhar coletivamente”

Susy Yoshimura

desigualdades, ameaças e vulnerabilidades coletivas que, mesmo mais distante dos holofotes da mídia hegemônica, é cada vez mais evidenciado e busca seus direitos na luta dos movimentos sociais, na mobilização coletiva e na organização popular autônoma.

“A coisa mais fascinante que tem no Fundo Brasil é acompanhar os projetos, acompanhar as histórias da diversidade da vida brasileira. A gente caminhou 15 anos e estamos aqui, diante dessa diversidade espelhada por sujeitos concretos, em todo o país”, aponta Darci Frigo.

Se por um lado, somos atravessadas e atraves-

sados por cenas e relatos de violência, por outro a única certeza que temos é que só será possível construir futuro se a luta for coletiva em busca de justiça social. Se por um lado, somos um país cuja base da formação social é pautada em assassinatos, roubos, invasões e violações de todo tipo, por outro lado, também somos o país das revoltas e insurgências populares que ao longo da história possibilitaram conquistas e avanços. Nos anos recentes, podemos citar, entre outros, a inserção de não-brancos nas universidades, que aumentou sensivelmente graças à política de cotas raciais gestada e conquistada pela mobilização popular, e o aumento de pessoas negras, indígenas, quilombolas e ligadas a movimentos sociais nas disputas nos pleitos legislativos em todo território nacional.

O economista Rafael Bezze, integrante do Conselho de Administração do Fundo Brasil, reforça a relevância da luta coletiva. E alerta: “A elite brasileira precisa se engajar na luta por direitos humanos”. Embora o presente turve a visão para o futuro, Rafael Bezze afirma que, a despeito da indiferença dessas elites, “há um movimento qualificado e disposto a construir um futuro alicerçado nos direitos humanos, é o que temos visto nos perfis dos grupos contemplados pelo Fundo Brasil”.

Futuro gestado por mulheres negras e indígenas

“Quando uma mulher negra se movimenta, toda estrutura se movimenta com ela.” A frase da ativista Angela Davis ecoa e brada nas reuniões do movimento de mulheres negras cis e trans. Evocamos um movimento de reorganização social que nasce dos corpos e mentes de mulheres negras e indígenas. Se estamos na base, a transformação e reorganização da sociedade-futuro que avistamos está manifesto em nossas rodas de cuidado, de cura, nas narrativas e vozes desses corpos afroindígenas.

Por mais que o assassinato brutal da vereadora Marielle Franco, tenha tornado explícita a tentativa de silenciamento das mulheres não-brancas e o incômodo que elas provocam nas estruturas institucionais e políticas, a ausência de resposta sobre o mandante do brutal assassinato acendeu

“Há um movimento qualificado e disposto a construir um futuro alicerçado nos direitos humanos, é o que temos visto nos perfis dos grupos apoiados pelo Fundo Brasil”

Rafael Bezze

um alerta e aqueceu ainda mais a chama e a voz da atuação de mulheres não-brancas no Brasil.

Mafoane Odara, atual presidente do Conselho de Administração do Fundo Brasil, analisa que a atuação de mulheres negras e indígenas para consolidação de ferramentas de garantia de direitos tem sido fundamental para que se pense e se reivindique o direito à vida. “Vemos alguns avanços nas políticas públicas universalistas, mas os dados apresentados mostram a urgência em estabelecer as mulheres negras como a população prioritária de todas as políticas públicas. Nesse sentido, nas últimas décadas, as mulheres negras e indígenas não baixaram a guarda e se

colocaram como co-responsáveis e à frente do desenvolvimento de ações e programas multisetoriais e multidisciplinares que fortaleçam a equidade, tendo a colaboração como valor primordial”, afirma.

Apoio que chega longe

“Nada sobre nós, sem nós”, alerta a socióloga baiana Vilma Reis. Alicerçadas nessas reivindicações por representatividades, observar o histórico dos grupos contemplados nestes quinze anos do Fundo Brasil indica que a pluralidade e a diversidade dos movimentos populares está contemplada. “Não é novidade que existam grupos de direitos humanos de travestis no Acre. A novidade é um Fundo chegar até esses grupos e incentivar, com recursos, as suas ações”, diz Jurema Werneck.

Embora muito falemos de sobreviver e resistir, há uma camada profunda na luta popular e nas articulações dos grupos que fazem mais do que isso: resgatam o sentido da própria existência

À luz dessa afirmação de Jurema, Rafael Bezze reforça que a relevância da atuação do Fundo Brasil está em “criar condições facilitadas para que os grupos contemplados acessem o recurso e troquem conhecimento entre si”. A

preocupação constante da Fundação é a de não fazer da burocracia uma face do racismo institucional; este é um valor importante nesses quinze anos de atuação.

No Brasil de 2021 parece difícil sonhar e vislumbrar futuros melhores, menos desiguais. Ver o país retornar ao Mapa da Fome da ONU, o aumento de desigualdades e do acúmulo de riquezas para as elites, pessoas sendo brutalmente assassinadas, mais do que assustar, gera um sentimento de cansaço profundo. “Não conseguimos respirar”, essa frase é quase um sintoma de asfixia coletiva.

No entanto, fazendo uso da palavra de Conceição Evaristo “eles combinaram de nos matar, a gente combinou de não morrer”, encontramos a força necessária para seguir e ter fôlego. “Temos perdido pessoas todos os dias e perdemos muitos. Mas temos construído ferramentas para sobreviver. Sempre tem um sobrevivente para dar o testemunho e atuar nas gerações futuras para continuar lutando”, lembra Jurema Werneck.

Pensar em direitos humanos no Brasil, por vezes parece impraticável e uma utopia. Darci Frigo convoca: “É o momento de colocarmos o dedo na ferida, de mostrar que direitos humanos não é coisa de defensor de bandido”. Tal afirmação, reiterada por lideranças políticas, constrói um descrédito social, a incompreensão do que deveras importa: todos têm direito à vida.

“Os direitos humanos são ferramentas para salvar vidas e garantir qualidade de vida. Nos empurram para o bem viver, envolvem um jeito de estar e pisar o chão do planeta, profundamente interativo com as forças da vida em todas as suas dimensões”, situa Jurema.

O exercício de dimensionar a vida em suas mais amplas expressões é algo que as comunidades de terreiros, povos indígenas, populações tradicionais — caiçaras, ribeirinhas, trabalhadoras rurais, quilombolas —, as festividades populares, as comidas afro-diaspóricas e os encontros entre pares e brincantes fazem como tecnologias socioculturais do existir. Embora muito falemos de sobreviver e resistir, há uma camada profunda na luta popular e nas articulações dos



“Vejo esse momento como a possibilidade de criarmos um projeto para o Brasil. Nesse novo projeto precisa caber todo mundo e de forma muito respeitosa. É sobretudo pensar qual a nação que queremos construir, que seja boa para todas as pessoas”
Mafoane Odara

grupos que fazem mais do que isso: resgatam o sentido da existência.

Se “tudo o que nós tem é nós” como canta o poeta-rapper Emicida, a integrante do Conselho de Administração do Fundo Brasil Suzy Yoshimura relembra o sonho como dispositivo para fundamentar uma outra sociedade. “Sonhar é do humano, se perdermos a nossa capacidade de sonhar, é porque perdemos aquilo que nos faz humanos. Sonhar é o que nos impulsiona à mudança.



Ato público realizado pelo Fórum Crita Baixada. Foto: Marina Alvez

Precisamos mudar os paradigmas do sonho: deixar de sonhar individualmente, para sonhar coletivamente”, diz Susy.

Nessa busca por pensar e articular sonhos possíveis, que fundamentem a mudança de paradigmas em que acreditamos, resta lembrar que, após a fase sombria, há de existir sol e brisa. Sonhar que existirá um país governado e pensado por poderes que representam o compromisso com

os direitos humanos é necessário para seguirmos propondo uma nova ordem, um novo existir.

“E para sermos capazes de sonhar novas histórias e futuros desejados precisamos de mais pessoas construtoras de pontes. Vejo esse momento como a possibilidade de criarmos um projeto para o Brasil. Nesse novo projeto precisa caber todo mundo e de forma muito respeitosa. Pensar na concretização, mais do que na preservação

dos direitos humanos, precisa ir além de pensar em igualdade, respeito e equidade para pessoas à margem da sociedade, é sobretudo pensar qual o projeto de nação que queremos construir que seja bom para todas as pessoas”, evoca e encerra Mafoane Odara.

Que venha esse futuro imaginado pela luta popular e com direitos humanos garantidos para todas e todos. 🇳

A ampliação do debate racial

Apesar do aprofundamento das violências contra a população negra brasileira, ainda mais evidenciadas na pandemia, a pauta antirracista avançou e ganhou mais corpo no país, segundo ativistas

Por Helena Indiara e Naine Terena

“Vidas negras importam” dizia um cartaz empunhado por um manifestante no Largo da Batata, em São Paulo. Era início de junho de 2020 e a praça, destino tradicional dos protestos que ocorrem na capital paulista, tinha sido tomada por uma multidão que exigia o fim da violência policial contra a população negra. Dias antes, nos Estados Unidos, um policial branco asfixiara até a morte um homem negro. No Brasil, na região metropolitana do Rio de Janeiro, uma operação conjunta das polícias federal e civil resultara na morte de um adolescente negro que brincava com os primos em casa. A multidão que foi às ruas de São Paulo naquele início de junho carregava, junto das placas com palavras de ordem, as fotos de George Floyd e de João Pedro Mattos Pinto — o menino assassinado pela polícia.

Cenas semelhantes se repetiram por outras capitais do Brasil. Na avaliação da ativista Lúcia Xavier, indicavam uma espécie de mudança de mentalidade. Há 30 anos, Lúcia Xavier ajudou a criar a ONG Criola — uma instituição carioca que atua no combate ao racismo e na promoção dos

“Durante décadas, o movimento negro foi o único a falar sobre o genocídio vivido pela população negra no Brasil”, afirma Lúcia Xavier

direitos humanos das mulheres negras. Por muito tempo, conta ela, essa foi uma jornada solitária. “Durante décadas, o movimento negro foi o único a falar sobre o genocídio vivido pela população negra no Brasil”, afirma. Num país que, por décadas, propagou o mito da “democracia racial” — segundo o qual brancos, negros e indígenas convivem harmoniosamente e em condições de igualdade — discutir iniquidades raciais significava ser uma voz dissonante. “As desigualdades que afetavam a população negra eram atribuídas à pobreza, a questões econômicas, e não ao racismo”, diz ela.

A dimensão dos protestos, que tomavam as ruas

no auge da maior pandemia do século, era sinal de que o extermínio dessas populações se escancarou — e causou revolta. O genocídio negro, antes pauta quase exclusiva das organizações do movimento negro, chegara com força às ruas e aos meios de comunicação. “A sociedade mudou. Hoje, temos um cenário de antirracismo mais amplo no Brasil”, diz Lúcia Xavier.

Quem olha para o Brasil de 2021 talvez duvide mas, ao longo da última década e meia, o país avançou no combate às desigualdades raciais. Os números ainda desenham um cenário ruim. Mais da metade da população brasileira se declara preta ou parda. Mesmo assim, negros e negras são minoria em espaços de poder — dos 56 mil vereadoras e vereadores eleitos em 2018, somente 6% eram negras e negros. Pessoas negras são também as vítimas mais frequentes da violência letal. Hoje, a cada 100 pessoas assassinadas no país, 77 são negras, segundo o Atlas da Violência de 2021.

Mas os dados também revelam conquistas. Desde 2019, depois de décadas de mobilização

de movimentos sociais, estudantes negros são maioria entre os matriculados em instituições federais de ensino superior. E, embora a população negra esteja sub-representada na política institucional, há sinais de progresso: nas últimas eleições, o número de vereadores negros e negras eleitos cresceu 4% naquelas cidades brasileiras com maior número de eleitores. Entre avanços e retrocessos, a discussão racial no Brasil ganhou amplitude. “Existe um extermínio sistemático da população negra em curso” reitera Lúcia Xavier. “Mas há, também, um reconhecimento maior de como o racismo é determinante nas desigualdades no Brasil e nas várias violências que atingem a população negra”.

Os saberes e práticas de mulheres negras — e também das mulheres indígenas, que enfrentam formas específicas de racismo, de discriminações como os anos recentes vêm escancarando graças a um momento de exacerbação do desmonte dos direitos indígenas — para preservar a saúde, a alegria e a vida em comunidade são paradigmas que nos devolvem o sentido humano e do bem viver. A agenda de pessoas e instituições que realizam o enfrentamento ao racismo no país é composta de muitas camadas, com ferramentas e estratégias distintas. Da ancestralidade ao ativismo digital das novas gerações, o caminho se constitui por meio de combate à intolerância racial, da conscientização de gênero, da mobilização para a implementação de políticas públicas para o combate à violência, para geração de renda digna, acesso à saúde, promoção de direitos para mulheres e jovens.

As mudanças alcançadas, mesmo que sempre sob risco de retrocessos, resultam do trabalho desenvolvido por organizações e coletivos que, por todo o Brasil, e de diferentes maneiras, se dedicam ao combate ao racismo como pauta prioritária.

O tema é central para o Fundo Brasil de Direitos Humanos desde sua criação. Já no primeiro edital de apoio a projetos, lançado em 2007, a fundação apoiou quatro iniciativas desenvolvidas por organizações negras. Eram trabalhos que tratavam da saúde das mulheres negras, que organizavam mobilizações culturais e ações de

educação antirracista. “Esse compromisso do Fundo, que envolve pautar o antirracismo constantemente, é estratégico”, diz Xavier. “Com isso, o Fundo cumpre um papel relevante no suporte a organizações negras que fazem esse enfrentamento permanente”.

Na última década e meia, as organizações do movimento negro fizeram mais que tornar algumas estatísticas sociais brasileiras menos desiguais: também atuaram para mudar mentalidades. “A gente vê os resultados disso. Hoje, há muito mais gente no Brasil que se declara negra e que sente orgulho de sua negritude”, diz George Oliveira

Um olhar rápido pelo histórico de apoios da Instituição deixa ver que, ao longo dos anos, o escopo dos projetos apoiados se expandiu. As iniciativas passaram a incluir manifestações como o rap e o hip hop, batalhas de passinho e o apoio à população transexual negra. A lista acompanha a própria diversidade de abordagens desenvolvidas pelo conjunto das organizações criadas e conduzidas por pessoas negras, que é múltiplo em vozes e em modos de atuar.

“Além das importantes campanhas e ações de denúncia, o movimento negro vem desenvolvendo ações de conscientização que reverberam em toda a sociedade”, diz George Oliveira. Especialista em educação, Oliveira é gestor do Instituto Steve Biko, uma instituição sediada em Salvador que, desde os anos 1990, promove ações de inclusão social por meio da educação para a comunidade negra. O instituto foi apoiado pelo Fundo Brasil já no primeiro edital, em 2007. “Hoje, essas organizações atuam através da música, como o hip hop; através das diversas ações da educação, como a preparação para o acesso ao ensino superior; ou através da mídia negra, que desenvolve o papel de enegrecer a comunicação deste país que sempre buscou desenvolver o racismo velado, em detrimento à adoção das ações afirmativas para o povo negro”, afirma.

Oliveira se considera reflexo desses esforços no campo da educação e da cultura. “Foi somente ao entrar no Steve Biko como vestibulando, aos 22 anos, que eu me entendi negro”, afirma. Para ele, projetos com viés cultural têm o mérito de ampliar percepções, de fazer abrir olhos. “A gente vê os resultados disso. Hoje, há muito mais gente no Brasil que se declara negra e que sente orgulho de sua negritude”. Na última década e meia, diz ele, as organizações do movimento negro fizeram mais que tornar algumas estatísticas sociais brasileiras menos desiguais. Elas também atuaram para mudar mentalidades. Ao longo dos seus 15 anos de história, o Fundo Brasil assumiu a missão de apoiá-las nessa trajetória.

Mulheres negras em luta

Criola, Bamidelê, Movimento de Mulheres Negras de Sorocaba: no histórico de apoios do Fundo Brasil, é longa a lista de organizações lideradas por mulheres negras. A presença é reflexo de uma característica do próprio campo. “As mulheres negras sempre estiveram na linha de frente, produzindo vida no fundo do poço”, afirma Jurema Werneck. Diretora executiva da Anistia Internacional, Werneck compõe o Conselho de Administração do Fundo Brasil. “Se o Fundo apoia organizações de mulheres negras é porque a instituição entende que sua missão

é encontrar as pessoas reais. Ir ao encontro das pessoas que estão nas comunidades, travando essa luta”, afirma.

Em 2015, o movimento de mulheres negras reuniu cerca de 50 mil mulheres na Esplanada dos Ministérios. Ali, diante dos três poderes da República brasileira, a Marcha das Mulheres Negras se estabelecia como um espaço público que ecoava a luta histórica “contra o racismo, a violência e pelo bem viver”, como afirma o slogan da marcha, que traz em si um programa, um projeto de futuro. Mobilizadora de articulações e encontros em diversos estados e cidades, a marcha deu origem à Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.

Atualmente contando com aproximadamente 100 componentes, essa Rede vem atuando na promoção de iniciativas de valorização da presença e da contribuição das mulheres negras em todas as esferas da sociedade. Busca colaborar para a superação das desigualdades raciais, de gênero e de classe.

O que essas mulheres não-brancas buscam, ao lado e à frente de suas comunidades, é construir um campo, um caminho e um modo de viver o sonho de nossas ancestrais. “Ancestralidade porque entendemos que hoje estamos dando continuidade a uma luta que foi iniciada por mulheres negras que vieram muito antes de nós”, explica Mônica Oliveira, uma das lideranças na Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Olhar para este passado sem perder de vista o futuro coloca tanto as mulheres negras quanto as mulheres indígenas brasileiras em marcha, puxando o coro e o movimento e construindo a resistência. “Entendemos que a herança de sabedoria, visão de mundo e luta por equidade e liberdade que elas nos legaram se refletem em nossas lutas hoje, e isso nos fortalece”, continua Mônica Oliveira.

Foi na periferia de Salvador, no bairro da Mata Escura, que o Fundo Brasil conheceu o Coletivo Creuza Oliveira. Surgida em 2016, a iniciativa partiu de uma ideia, na aparência, simples: a ativista e líder sindical Milca Martins queria reunir mulheres da vizinhança para compartilhar vivências e falar sobre direitos trabalhistas. Aos

52 anos, Milca é trabalhadora doméstica desde a infância. Já tinha chegado aos 40 anos quando soube que tinha direito a garantias válidas para todos os trabalhadores, como registro em carteira, férias remuneradas, descanso semanal. Mulher negra, logo percebeu que suas vizinhas

As mudanças alcançadas, mesmo que sempre sob risco de retrocessos, resultam do trabalho desenvolvido por organizações e coletivos que, por todo o Brasil, e de diferentes maneiras, se dedicam ao combate ao racismo como pauta prioritária

viviam realidade parecida. “Nossa categoria é formada, na sua maioria, por mulheres negras, que vivem em bairros periféricos”, conta. “São mulheres que são vítimas de racismo, inclusive no trabalho, mas que sofrem em silêncio.” Nas reuniões do Creuza Oliveira, a tônica é a da formação política. “Queremos que essas mulheres se reconheçam enquanto mulheres negras. E que saibam quais são seus direitos”, diz ela. O coletivo Creuza Oliveira foi uma das iniciativas selecionadas pelo Edital Geral de 2019, que celebrou os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O trabalho, conta Martins, sofreu com o baque provocado pela pandemia do novo coronavírus. A emergência sanitária aumentou a vulnerabilidade das empregadas domésticas. “Não há ‘home office’ para essa categoria”, diz ela. Em 2020, duas companheiras próximas faleceram. A atuação do Creuza Oliveira precisou se ajustar aos tempos, e passou a envolver ações de caráter emergencial, como a distribuição de alimentos a famílias em dificuldade.

O quadro se repetiu entre outras organizações ligadas ao movimento negro. De maneira geral, a emergência sanitária afetou mais severamente a população negra. Em maio de 2020, ainda no início da pandemia, dados apresentados por pesquisadores ligados a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), e coletados em mais de 5 mil municípios, mostraram que 55% dos pacientes negros hospitalizados com Covid-19 em estado grave morreram, em comparação com 34% dos pacientes brancos. Com o avanço do desemprego e da fome, muitas instituições que antes se dedicavam à formação e incidência política precisaram rever sua atuação, de modo a oferecer ajuda emergencial a populações que não tinham o que comer.

O golpe foi severo. “Nós, pessoas negras e indígenas, voltamos ao fundo do poço”, avalia Jurema Werneck. Para ela, desde antes da pandemia o Brasil vive um processo de esfacelamento das utopias, em que conquistas do passado são postas em xeque. Nesse contexto, parece difícil vislumbrar projetos de futuro. “A minha geração de ativistas achou que deixaria um cenário melhor para a geração seguinte. E deixou. Mas esse cenário melhor não durou para sempre”, afirma.

Ela sustenta, no entanto, que nem tudo é negativo. A conjuntura impõe novos desafios a quem se compromete a lutar contra o racismo e em defesa dos direitos humanos. Mas há, diz Jurema, pessoas organizadas e capazes de fazer frente aos reveses.

“Sou uma ativista esperançosa”, diz ela. “Estamos no fundo do poço. Mas podemos dar um salto para sair dele.”



Justiça a partir da base

O encarceramento no Brasil aumentou aceleradamente nos últimos 15 anos. Ao mesmo tempo, cresceu também a movimentação da sociedade civil para enfrentar um sistema de justiça criminal racista, que tortura e viola direitos em todas as suas instâncias

Por Aline Rodrigues, Camila Lima, Laís Diogo e Thiago Borges, da Periferia em Movimento

A distância que separa Manaus de Tabatinga, município que fica na fronteira do estado do Amazonas com a Colômbia, é de 1.106 quilômetros. De barco, são 6 dias pelo rio Solimões. De avião, 2 horas de voo sem escalas. Além da dificuldade imposta pelo tempo de trajeto, tem a questão financeira: a viagem pode custar de R\$ 400 a R\$ 6 mil. Para muitas famílias, esse é o cálculo a ser feito quando precisam visitar parentes detidos na capital.

Com a pandemia de coronavírus, ficou pior: o governo estadual transferiu presos provisórios do interior para Manaus. Ou seja, a distância não é só geográfica, mas entre exercer ou não um direito em um lugar que viu a população carcerária explodir: entre 2000 e 2019, o Amazonas passou de 2 mil para 12 mil pessoas presas. Mais de 60% delas aguardam julgamento. Se a situação já era complexa por causa da falta de informações, o medo da Covid-19 no cárcere e a lonjura causaram ainda mais sofrimento.

Para diminuir essa separação, a Frente Estadual pelo Desencarceramento do Amazonas (Desencarcera AM) executa um projeto com objetivo de explicar meandros burocráticos e jurídicos

“Essa aproximação está sendo boa e gratificante porque estamos conseguindo orientar e conscientizar pessoas de seus direitos”, diz Priscila Serra

sobre a prisão provisória a familiares de pessoas encarceradas, especialmente para quem vive no interior. “Essa aproximação está sendo

boa e gratificante porque estamos conseguindo orientar e conscientizar pessoas de seus direitos”, explica Priscila Serra, articuladora da Desencarcera AM, iniciativa que é apoiada pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Criada em março de 2020, a frente reúne professores universitários, movimentos sociais e familiares para levantar e encaminhar demandas de parentes e sobreviventes do sistema, além de monitorar a administração penitenciária, os órgãos de fiscalização e divulgar informações ao público. Existem 10 unidades prisionais na capital, 10 no interior e 57 carceragens em um território de 1.571.000 quilômetros quadrados. É um cenário propício para tragédias — e foi o que ocorreu.

Em 2017, rebeliões geraram mortes de detentos e servidores. O estado revidou com sanções a familiares, desde restrições do que colocar no “futuro” (conhecido como “jumbo” em outras partes do País) à exigência de união estável

reconhecida para a visita de companheiras. Até o tipo de calcinha que elas podiam entrar em um presídio era regulado: a de renda estava proibida. “A prisão ultrapassa os muros, nos afetando diretamente, porque é uma tortura pra uma mãe, uma esposa”, aponta Priscila, que tinha um irmão encarcerado.

Em uma nova rebelião em Manaus, em 2019, familiares em visita foram retiradas de presídios e passaram dias sem saber de nada. “Quando a gente questionou uma assistente social, ela disse apenas que ‘se o detento não estivesse na lista dos mortos é porque estava vivo’”, lembra Priscila. Naquele momento, ela e outras pessoas criaram o Coletivo de Familiares de Presos e Presas do Amazonas, que no ano seguinte se articulou com outros grupos e recebeu apoio de 47 organizações de todo o país para formar o Desencarcera AM. As denúncias continuam as mesmas, com a diferença de que agora familiares conseguem ocupar determinados espaços institucionais. “Antes, nem Defensoria a gente sabia procurar”, explica Priscila.

Para Kenarik Boujikian, conselheira do Fundo Brasil, a apropriação desses meios por movimentos sociais é fundamental para preservar direitos, corrigir injustiças e lutar pelo fim das violações de direitos no sistema de justiça criminal. “A força mais importante para as coisas não estarem mais graves do que já estão é a atuação da sociedade civil”, diz ela, que é desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça de São Paulo, fundadora da AJD (Associação Juizes para a Democracia) e criadora e integrante do Grupo de Estudos e Trabalho “Mulheres Encarceradas”.

“O papel do Fundo Brasil é o de fomentar a promoção de direitos humanos para uma população vulnerável, que é a carcerária”, aponta Kenarik. Diante dos desafios atuais, em que projetos de lei querem fazer o País retroceder, ela nota que é ainda mais importante reconhecer e dar suporte a esse tipo de trabalho. “Essas organizações têm realizado algo de forma tão digna, tão contundente, intensa e apaixonada que acabam sendo o motor da construção dos direitos humanos”, completa.

Nesses 15 anos de existência, o Fundo Brasil tem fomentado iniciativas diversas para o enfrentamento ao encarceramento em massa e às violações de direitos humanos no sistema prisional. Para Marina Dias, diretora executiva do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), a fundação tem desempenhado também um importante papel de impulsionar articulações, de conectar iniciativas e incentivar a atuação em rede.

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos ajudou a criar um sistema de proteção na sociedade civil que foi reconhecido e virou política pública

Aumento do encarceramento

De 2006 para cá, a população carcerária brasileira cresceu mais do que a população geral. O número de pessoas em regime fechado ou semiaberto cresceu quase 70% no período: passou de 401,2 mil há 15 anos (segundo o Infopen) para 682 mil em 2021 (de acordo com levantamento do portal G1 feito com os governos estaduais). Já o total de habitantes no país aumentou 13%: de 188 milhões para 213 milhões, conforme estimativa do IBGE.

É o que Kenarik Boujikian chama de “hiper-

encarceramento”, favorecido por um lado pela lei de drogas que passou a vigorar a partir de 2006; e, por outro, por um judiciário muito conservador e um tanto afastado da sociedade no geral. Por isso, a desembargadora destaca a pressão exercida por movimentos sobre o sistema de justiça — desde os fóruns e tribunais até a promotoria, a defensoria, as polícias e o poder legislativo.

Quem acompanha de perto essas mudanças é a Pastoral Carcerária, criada em 1986 pela Igreja Católica. Com o massacre do Carandiru, em 1992, o serviço se tornou referência para quem se contrapõe à repressão no sistema penal e, desde então, se articula nacional e internacionalmente em torno disso. A luta não tem sido fácil, pelo contrário. “O massacre perene se consolidou como a principal política de gerenciamento e extermínio das pessoas marginalizadas rotuladas como inimigas sociais”, lamenta a Irmã Petra Silva Pfaller, coordenadora nacional da Pastoral Carcerária.

Diante desse agravamento, a Pastoral vem observando as necessidades de se adaptar “às novas conjunturas políticas implantadas e concentrar esforços na luta contra o Estado, e não dentro de espaços estatais e institucionalizados”, conta Petra. Por isso, o grupo fortaleceu e ampliou o sistema de recebimento e monitoramento de denúncias, a incidência nos meios de comunicação e o contato com agentes pastorais locais e familiares de pessoas presas. Além disso, a presença semanal no cárcere fortalece a incidência por um mundo sem prisões.

Quem também tem atuação nessa frente é a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), fundada em 1979 com foco na promoção, proteção, defesa e reparação de direitos. A SMDH foi uma das instituições que esteve à frente de denúncias sobre o que ocorria no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, antes que chegasse aos holofotes da mídia e ganhasse grandes proporções em 2013, com o massacre que deixou dezenas de presos mortos.

O grupo de militantes visitou familiares das vítimas e o acontecimento levou a SMDH à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

“Um ano depois, como o estado brasileiro não tinha tomado muitas providências, se trabalhou as medidas cautelares que se transformaram em medidas provisórias”, explica Joisiane Camba, advogada e coordenadora da organização. Assim, desde 2014, a cada trimestre o Estado brasileiro apresenta o que fez para garantir a vida e a integridade das pessoas encarceradas na unidade, e a SMDH indica se aquilo é efetivo ou não. E desde esse episódio, a organização também faz inspeções periódicas nos presídios — trimestrais, bimestrais e às vezes mensais.

Com apoio do Fundo Brasil, em 2016 a SMDH passou a fazer visitas diárias ao Fórum Central de São Luís para analisar documentos e pesquisar dados sobre a situação, o perfil e a existência ou não de tortura, assim como argumentos para negação ou liberação dos presos nas audiências de custódia.

“Criamos um sistema de proteção na sociedade civil e isso foi reconhecido e virou política pública”, registra a advogada, que enfatiza a necessidade de se desenvolver uma nova rede de proteção popular diante dos desafios e criar um ambiente favorável à mudança. “A luta é para o desencarceramento, para que saiam, mas também que não entrem”, diz ela.

Baseada no Rio de Janeiro, a Justiça Global também representa beneficiários de medidas provisórias aplicadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Além do Complexo de Pedrinhas, na Unidade de Internação Socioeducativa do Espírito Santo e no Complexo do Curado, em Pernambuco. Fundada em 1999, a organização tem na litigância estratégica um de seus principais caminhos de atuação pelos direitos humanos. “A aplicação dessas medidas provisórias são um resultado do trabalho das organizações, da pressão, das denúncias”, diz Isabel Lima, coordenadora da Justiça Global.

Por meio de participação em redes e instâncias de discussão e ação, a Justiça Global se articula com outras organizações que buscam combater a violência institucional que atinge a população encarcerada no Brasil, o racismo e a seletividade penal nesse sistema. A organização encerrou,



neste fim de 2021, seu mandato como uma das integrantes da sociedade civil no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Composto também por membros do poder público e atualmente abrigado sob o guarda-chuva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, esse comitê enfrenta um momento complexo causado, segundo nota assinada por mais de 120 grupos, obstáculos impostos pelo governo federal ao seu funcionamento.

“Não dá para deixar de lado o fato de que estamos em um contexto político extremamente difícil. Mas eu não tenho dúvidas de que as coisas estariam piores sem essa atuação forte da sociedade civil”, diz Marina Dias, do IDDD

A Justiça Global integra, com mais oito organizações, a Rede Justiça Criminal. Essa coalizão, criada com os objetivos de incidir sobre o debate público nesse campo e de reverter a lógica do superencarceramento na busca por segurança pública, é também apoiada pelo Fundo Brasil. Criada em 2010, seu papel tem sido estratégico por impulsionar a ação em rede: monitoramento de decisões dos três poderes, campanhas e mobilização contra medidas com potencial de ampliar as violações de direitos no sistema de justiça criminal.

“Não dá para deixar de lado o fato de que estamos em um contexto político extremamente difícil”, diz Marina Dias, do IDDD. “Mas eu não tenho dúvidas de que as coisas estariam piores sem essa atuação forte da sociedade civil. Conseguimos segurar o pacote do [ex-ministro da Justiça] Sérgio Moro, estamos resistindo às tentativas de virtualização total das audiências de custódia”, completa.

Criado em 2000 com o “DNA de combater o encarceramento em massa e o encarceramento ilegal”, segundo Marina, o IDDD foi uma das organizações precursoras em lutar pelas audiências de custódia — uma ferramenta que prevê a apresentação da pessoa presa em flagrante a um juiz em até 24 horas, com objetivos de analisar a circunstância da prisão, a legalidade do flagrante, a necessidade ou não da conversão em prisão preventiva e também para prevenir e combater violência policial. “Elas são uma estratégia para reduzir o superencarceramento que se observa no Brasil a partir da Lei de Drogas. O encarceramento de mulheres cresce muito a partir daí”.

O número de mulheres presas no Brasil era de 17,2 mil em 2006. Em 2017, esse número mais do que dobrou, chegando a 37,8 mil, segundo dados do Infopen. Dessas, 66,5% se declaram negras e 64,5% estão presas por tráfico de drogas.

Para Marina Dias, é preciso recuperar no debate público o sentido das audiências de custódia. Em relatório publicado em 2019, o IDDD mostrou que, de 2.584 casos analisados, em apenas 23 as pessoas presas em flagrante saíram livres, sem nenhuma medida cautelar. Ou seja, além de não serem sinônimo de impunidade, como o discurso mais conservador quer fazer crer, elas não têm sido efetivas no papel de evitar prisões ilegais ou desnecessárias. Isso porque são consideradas por parte das instâncias de justiça como meros entraves burocráticos, não como um direito.

Sistema fundado no racismo

O enfrentamento a um modelo punitivo baseado em seletividade penal e racismo é o foco de trabalho da Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas (INNPd), fundada em 2015. Presente

em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Altamira (PA), a organização faz ações de defesa dos direitos humanos a partir da perspectiva da população negra. Acompanha as agendas nacionais e regionais de segurança pública, sistema de justiça e saúde mental.

Desde 2020 a Iniciativa Negra tem feito pesquisas e análises sobre o tema, dialogado com

A articulação entre a mobilização de familiares de vítimas da violência de estado e as organizações consolidadas no campo da justiça criminal vem resultando na multiplicação de frentes estaduais por desencarceramento e na Agenda Nacional Pelo Desencarceramento

órgãos do sistema de justiça e movimentos para construir um guia de boas práticas com diagnóstico sobre o tratamento penal dado às pessoas acusadas por crimes relacionados a drogas e experiências em atendimento e resolução de conflitos fora da esfera penal.

“Este recurso [*doado pelo Fundo Brasil*] tem sido fundamental para a consolidação da Iniciativa Negra como um ator relevante no campo da justiça criminal, levando em consideração principalmente os crimes relacionados às drogas”, aponta a socióloga e co-fundadora Nathalia Oliveira.

Em Recife, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (CAJOP) conduziu um projeto formativo sobre enfrentamento ao racismo para a Polícia Militar. Com 40 anos de atuação protegendo vítimas e testemunhas, especialmente jovens negros de periferias que muitas vezes são presos sem advogados, o CAJOP levou essa experiência do cotidiano para um debate com oficiais da segurança pública. “Foi uma experiência extremamente desafiadora estar com 20, 30 policiais fardados em sala de aula discutindo sobre as suas abordagens racistas”, lembra Deila Martins, coordenadora executiva do CAJOP.

O CAJOP também integra a Rede Justiça Criminal. Atua, ainda, em litigância estratégica e na construção de uma agenda popular para a segurança pública.

Famílias à frente

A última década assistiu ao fortalecimento de um outro tipo de organização voltada ao combate às violações de direitos no sistema prisional. São grupos formados por pessoas que são vitimadas por esse sistema: tanto as que são encarceradas quanto seu entorno social, familiares e amigos.

A articulação entre a mobilização de familiares de vítimas da violência de estado e as organizações consolidadas no campo da justiça criminal, como Pastoral Carcerária e Justiça Global, vem resultando na multiplicação de frentes estaduais por desencarceramento e na Agenda Nacional Pelo Desencarceramento. Trata-se de uma agenda popular com 10 pontos que têm como objetivo o desencarceramento e desmilitarização das relações sociais, com vistas à redução significativa da população prisional.

“A chamada guerra às drogas é uma guerra a uma parcela específica da população”, comenta Marina Dias. “O IDDD aposta cada dia mais



Conflito e superlotação na penitenciária de Alcaçuz (RN). Foto: Everton Dantas

na articulação com os grupos e as organizações que estão nos territórios, porque são elas que têm um conhecimento fundamental para o enfrentamento às violências sistêmicas. E esse é também o olhar do Fundo Brasil que, dessa forma, se coloca como um apoiador alinhado com esse entendimento.”

Foi por meio da Pastoral Carcerária que a Priscila do Desencarcera AM chegou a outros grupos de familiares de pessoas presas pelo País. Uma dessas pessoas foi a Maria Railda da Silva. Junto a Miriam Duarte, Railda é uma das fundadoras da Amparar (Associação de Amigos/as e Familiares de Presos/as). Elas se conheceram em 1998 e criaram o grupo Mães da FEBEM, antiga instituição paulista para adolescentes em medida socioeducativa.

As mães se encontravam na porta da unidade que ficava na rodovia dos Imigrantes, em São Paulo, para conversar, saber notícias dos filhos privados de liberdade e reivindicar informações de dentro daquele espaço, que sempre foi conhecido por ser lugar de violências. Fechada em 2002 após uma

série de eventos trágicos, hoje o espaço é um estádio paralímpico.

A Amparar é uma organização de mães e familiares de pessoas presas de extrema relevância. É uma herdeira das Associações de Mães e Amigos de Adolescentes em Risco. As AMARs se multiplicaram pelo país e ampliaram o enfrentamento às violações cometidas contra adolescentes no sistema socioeducativo até meados da década de 2010.

Oficializada em 2004, a Amparar tem o objetivo de prestar apoio social e jurídico a familiares de pessoas encarceradas. Em 2017, por exemplo, um projeto apoiado pelo Fundo Brasil possibilitou uma ajuda financeira a algumas dessas famílias para que pudessem acompanhar seus familiares encarcerados - as despesas podem chegar a R\$ 600 por visita. São insumos como roupas, o jumbo e o transporte até a unidade prisional.

“Não é pouco, principalmente pensando que são mães, avós e companheiras que estão nesse corre aqui do lado de fora, muita vezes já não têm uma

condição de vida financeira tranquila, e mesmo assim precisam e temem pelo que pode acontecer com aquele familiar em situação de cárcere”, explica Fabio Pereira, 42, articulador na Amparar e estudante de serviço social.

O protagonismo das genitoras é a base do surgimento das Mães de Maio, movimento que luta por justiça e pela memória das vítimas dos chamados Crimes de Maio de 2006. Naquele ano, entre 12 e 16 de maio, pelo menos 564 pessoas foram mortas no estado de São Paulo em situação que indicava participação policial numa ação de vingança contra os chamados ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital).

Uma das vítimas foi Edson dos Santos, então com 29 anos, filho de Débora Silva Maria. O gari desapareceu após ser abordado e liberado por policiais em uma daquelas noites. Na manhã seguinte, Débora soube pelo rádio da morte dele e de outras tantas vítimas na Baixada Santista. A dona de casa conheceu outras mulheres que perderam seus filhos e, juntas, elas passaram a reivindicar justiça.

As Mães de Maio começaram suas próprias investigações, enfrentaram o poder público para obter acesso a laudos periciais e apontaram contradições e inverdades nesses documentos. Conhecido na mídia e com repercussão internacional, o movimento ainda não conseguiu a condenação do estado, mas gerou uma forma de seguir e manter viva a memória de seus mortos.

Assim como Débora, Railda e tantas outras, esses movimentos e organizações surgem a partir da necessidade de resistir a um sistema que ainda não garante direitos a todas as pessoas. Priscila, do Desencarcera AM, também foi forjada nessa luta cotidiana.

“Eu passei por preconceito, por racismo, por ser uma mulher negra periférica. O cárcere me mostrou uma realidade muito dura, cruel, e eu fui tratada por não ter abandonado meu irmão, que é alguém que eu amo”, lembra Priscila. “Eu usei a minha tristeza e a minha raiva como luta pra não deixar que me destruíssem”. 📖



Resistindo *com* quem *resiste*

Defensores de direitos humanos

Fundo Brasil de Direitos Humanos | 15 anos

Defender as vidas que defendem direitos

Ativistas são alvos de ameaças crescentes à sua segurança e integridade. Nesse cenário, cresce a preocupação com a proteção dessas pessoas e a necessidade de estratégias e ferramentas também para promoção de bem-estar emocional

Por Sanara Santos

Cuidar da roça de café, guaraná e milho, fazer a farinha de mandioca, criar os filhos. O dia a dia comum de Maria Leusa Munduruku começou a ser profundamente transformado desde que ela se deu conta de que, contra as crescentes invasões às terras indígenas de seu povo e as violências contra os parentes, teria de lutar.

O nome de Maria Leusa talvez soe familiar. Líder da Associação de Mulheres Munduruku

Wakaborun, no município de Jacareacanga, no Pará, e dedicada à defesa dos direitos dessas mulheres das Terras Indígenas Munduruku e Sai Cinza, ela sofreu um atentado em maio deste ano na aldeia Fazenda Tapajós. O fato foi bastante noticiado na imprensa. Um grupo de homens não indígenas e alguns indígenas favoráveis ao garimpo atacaram a aldeia munidos de combustíveis em garrafas de refrigerante e disparando armas de fogo em direção ao chão. Atearam fogo à casa de Maria Leusa e à de sua

mãe, Cacica Isaura. A família, incluindo crianças, precisou se abrigar em local não divulgado para salvar suas vidas.

O número de pessoas indígenas assassinadas no Brasil em 2020 foi o mais alto em 25 anos. Segundo relatório divulgado em outubro de 2021 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foram 182 assassinatos cometidos contra indígenas, um recorde desde que o levantamento

começou a ser feito, em 1995. E um aumento de mais de 60% em relação ao ano anterior, 2019, quando foram contabilizados 113 assassinatos de indígenas.

Lideranças dos povos originários que lutam por respeito aos territórios ancestrais, demarcações, fim do desmatamento, do garimpo ilegal e da

Lideranças dos povos indígenas que lutam por respeito aos territórios ancestrais, demarcações, fim do desmatamento, do garimpo ilegal e da destruição ambiental, são alvos preferenciais de assassinatos. Em 2020, 26% de todos os defensores de direitos humanos assassinados no mundo, um a cada quatro, trabalhavam pelos direitos indígenas

destruição ambiental, são alvos preferenciais dos assassinatos. Ainda de acordo com o levantamento do CIMI, 261 terras indígenas foram invadidas por garimpeiros, madeireiros e caçadores ilegais no ano de 2020. Outro relatório referente ao mesmo ano, o da organização internacional

Front Line Defenders, mostrou que 26% de todos os defensores de direitos humanos assassinados no mundo no período, ou um a cada quatro, trabalhavam pelos direitos indígenas.

O documento da Front Line Defenders mostra o Brasil em sexto lugar entre os países com mais mortes violentas de pessoas defensoras em 2020. Na última década, a situação se agravou: o país foi de quatro assassinatos de defensoras e defensores em 2012 para 16, no ano passado. No meio desse período, 2017 foi extremamente letal para defensores de direitos humanos no Brasil: inacreditáveis 66 assassinatos. No ano de 2018, por sua vez, a ativista e vereadora da cidade do Rio de Janeiro Marielle Franco foi incluída nessa estatística, depois de uma emboscada quando saía de um evento que discutia direitos das mulheres negras.

Para tentar responder a essa crescente violência, em 2018 o Fundo Brasil de Direitos Humanos lançou um apoio emergencial que tinha entre seus objetivos destinar recursos para pessoas defensoras que precisassem de suporte rápido para proteger sua vida e integridade. No ano seguinte, 2019, essa linha cresceu e virou o Apoio Emergencial — Defensores de Direitos Humanos, que recebe continuamente demandas de pessoas em risco e garante respostas em poucos dias.

Ainda em 2019, o Fundo Brasil iniciou um levantamento nacional de organizações e coletivos que estivessem buscando construir caminhos de proteção para suas e seus ativistas ou interessados em começar esse trabalho. Identificou mais de 170 grupos, que foram convidados a inscrever propostas no primeiro edital específico da fundação com o objetivo de enfrentar os riscos à vida e à integridade envolvidos na defesa de direitos humanos no país. O edital apoiou 22 projetos. Uma nova chamada pública foi lançada no fim de 2021.

Violência como gênese

O Brasil é um país criado a partir de múltiplas violências. Invasões de terras, genocídio e um sistema social baseado na escravidão estão na base do que hoje entendemos como violações aos direitos humanos.

Contudo, se a história brasileira está repleta de violadores de direitos, também são muitos os que combatem essas violências. As populações negras sequestradas no continente africano, os povos indígenas, trabalhadoras e trabalhadores das classes populares marcam os cinco séculos do país com uma trajetória de revoltas e insurgências.

Os conhecimentos do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos apoiaram o Fundo Brasil na construção de um edital de fomento a iniciativas de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos e de suas redes de atuação

No ano de 2004, em face da violência contra defensores de direitos na América Latina, um grupo de ativistas, organizações de base e movimentos sociais propôs a criação de uma articulação da sociedade civil em torno da pauta da proteção de pessoas defensoras. Surgiu assim o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, que hoje reúne mais de 40 organizações.

Os conhecimentos do Comitê apoiaram o Fundo Brasil na construção do edital de fomento a iniciativas de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos e de suas redes de atuação.

Desde o início da atuação do Comitê, a maioria das denúncias recebidas são referentes a ameaças e risco à vida de defensores no campo: povos indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas. Quem informa é Darci Frigo, advogado, coordenador da organização Terra de Direitos e, até dezembro de 2021, integrante do Conselho de Administração do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Frigo foi um dos fundadores do Comitê Brasileiro, em 2004.

“Ter um território significa ter as condições para se desenvolver. O chão onde você pisa é onde dá passos para fazer a luta por direitos”, diz Darci Frigo. Por este motivo, e porque a negação do acesso à terra à maioria da população é uma das políticas públicas estruturantes da desigualdade brasileira, pessoas que defendem esse direito são sistematicamente atacadas.

Com as populações tradicionais

A identidade forjada na firme ligação com a terra se apresenta como uma condição forte para que as pessoas se proponham ao enfrentamento de violações de seus direitos. Tornar-se defensora de direitos humanos, para a maioria dessas pessoas, é uma exigência da vida, não uma escolha.

No Pará, em meio à Amazônia, o desafio é ampliado pelas longas distâncias e nos anos mais recentes, também pelo empoderamento que governantes de extrema direita vêm proporcionando a invasores dos territórios tradicionais de agricultores, ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas. Desde 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) atua no enfrentamento a essas violações; a advogada Raione Lima Campos está nesse front desde 2012.

“É difícil advogar por direitos humanos nessa região porque você se sente sozinha. É uma região de muito risco”, diz a ativista. Raione, que acompanha os conflitos nas Terras Indígenas Mundurucu e Sai Cinza, entre outros territórios, conta que as ameaças são diárias e a

criminalização de pessoas que defendem direitos, inclusive com prisões, é uma realidade. Tanto que não desliga o celular, por receio de não estar presente em momentos críticos.

Aos processos de exclusão, expulsão de pessoas, assédio para suspensão de litígios e alterações de modos de vida somaram-se as ameaças a lideranças populares que enfrentam essas violações e lutam pelo território. Contra as intimidações, o Fórum Suape apostou em formação em direitos e em comunicação

A CPT existe desde 1975 e foi uma das organizações apoiadas no primeiro edital da história do Fundo Brasil, em 2007, com um projeto que combatia a superexploração e o tráfico de trabalhadores rurais. “Esse apoio aumenta nossa capacidade de articulação para enfrentar uma realidade nada fácil”, afirma Raione. A CPT atua também em pesquisa e sistematização de dados e informações sobre violência no campo. A organização também foi apoiada pelo Fundo



Brasil para acompanhamento e fortalecimento de ações de cuidado com a vida e integridade de seus ativistas.

Em Pernambuco, o Fórum Suape é uma articulação criada para enfrentar os impactos socioambientais impostos a comunidades litorâneas pela construção do Complexo Industrial e Portuário Suape. Aos processos de exclusão, expulsão de

“Eu levo a defesa dos direitos humanos como compromisso de uma vida”, diz Patricia Oliveira. “Um compromisso diário que é cheio de desafios. Com os familiares [de pessoas vitimadas pelo estado], esse desafio começa no pertencimento ao território e na fala. Falar leva tempo.”

peessoas, assédio para suspensão de litígios e alterações de modos de vida somaram-se as ameaças a lideranças populares que enfrentam essas violações e lutam pelo território.

Contra as intimidações, o Fórum Suape apostou em formação em direitos e em comunicação. “Nós precisávamos estourar a bolha”, diz a advogada Mariana Vidal, que integra o fórum. “Isso porque o Porto Suape sempre foi apresentado, inclusive pela imprensa, como um avanço.”

Periferias no alvo do estado

Em 2003, policiais executaram à queima-roupa

quatro jovens na comunidade do Borel, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Balearam outros dois. Essa ação, que ficou conhecida como Chacina do Borel, deu origem a uma organização formada majoritariamente por mulheres, a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, com objetivo de lutar contra a violência institucional e as violações perpetradas pelo estado brasileiro nas comunidades e favelas do Rio de Janeiro.

A Rede se dedica a apoiar, inclusive juridicamente, familiares de vítimas da violência do estado. Articula ações coletivas, faz denúncias, promove campanhas e conscientização sobre direitos. Essa atuação para denunciar abusos de agentes estatais — inclusive policiais — e exigir o fim da violência contra as populações periféricas coloca muitas e muitos desses ativistas em situação de risco permanente à sua integridade, o que nem sempre é compreendido ou aceito com muita rapidez.

Patricia Oliveira é uma das fundadoras da Rede. Ela perdeu um irmão na chacina da Candelária, em 1993. “Eu levo a defesa dos direitos humanos como compromisso de uma vida”, diz. “Um compromisso diário que é cheio de desafios. Com os familiares [de pessoas vitimadas pelo estado], esse desafio começa no pertencimento ao território e na fala. Falar leva tempo.”

A Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência foi apoiada já na primeira chamada de projetos da história do Fundo Brasil, em 2007. Os editais, segundo Patricia, são importantes para permitir ao coletivo seguir denunciando a violência institucional. A ativista lembra que essa é uma pauta difícil e com poucos apoios disponíveis.

Conselheiro do Fundo Brasil, Darci Frigo lembra que os direitos humanos são alvo de um discurso de ódio que propositalmente dissemina uma ideia distorcida, reforça a ideia de que defender esses direitos é proteger bandidos — ideia que é também uma construção histórica baseada em racismo e classismo. Um movimento que se intensifica com os governantes eleitos a partir de um discurso conservador e violento, e que se reflete também na criminalização de organizações não governamentais. “Como pedir

dinheiro para apoiar a sua luta por justiça social se você faz parte de um grupo criminalizado, e se os próprios direitos humanos são criminalizados?”, questiona.

No Ceará, o grupo Vozes do Socioeducativo e Prisional se organiza para enfrentar violações de direitos em série: as mulheres que formam o coletivo são mães de jovens que cumprem medida socioeducativa. Além disso, elas vivem a pobreza e a falta de acesso a direitos básicos.

Para as ativistas da Rede Transfeminista, já não é mais possível dissociar a segurança física e a segurança digital. São, ambos, aspectos de uma só grande necessidade de se pensar a proteção integral de defensoras e defensores de direitos humanos.

Alessandra Félix, uma das fundadoras do grupo, relata que é comum que as mulheres venham de longe para ver os filhos e, na unidade, sejam impedidas de entrar. Ou que presenciem situações de maus tratos e tortura. “É isso que o estado, responsável pelos nossos filhos, nos oferta”, diz Alessandra. Ao começar a faculdade de Pedagogia e aprender mais sobre o Estatuto da



Ativistas em encontro de articulação promovido pelo Fundo Brasil. Foto: Shai Andrade

Criança e do Adolescente, ela passou a questionar as situações que vivia e presenciava nas visitas ao seu próprio filho, recolhido a uma unidade socioeducativa no ano de 2014. Numa das vezes, na fila, viu uma mãe gritando com toda força que queria ver o filho. Foi em direção àquela mãe e disse: “Eu quero gritar com você”. Em 2015, o coletivo foi formado.

“Começamos a ser reconhecidas, deixamos de ser apenas mães. Sempre digo que nos tornamos defensoras de direitos humanos”, diz Alessandra.

O acumulado dessas situações de privação e violência resulta em desinformação, sofrimento e necessidade de cuidados. Apoiado pelo Fundo Brasil, o Vozes do Socioeducativo desenvolve um projeto de conscientização sobre direitos e cuidados coletivos em busca de mitigar os danos emocionais a essas mães. Também atua com os jovens: encontros pontuais em territórios de extrema vulnerabilidade para tentar dialogar com os os meninos e meninas “antes da bala e da algema”, diz Alessandra. “Precisamos cuidar dos nossos curumins.”

Segurança integral

Para as ativistas da Rede Transfeminista — que preferem não se identificar —, já não é mais possível dissociar a segurança física e a segurança digital. São, ambos, aspectos de uma só grande necessidade de se pensar a proteção integral de defensoras e defensores de direitos humanos. Essa, aliás, é uma pauta mais do que atual no campo da defesa de direitos. Muitos grupos começaram a pensar no ambiente virtual como uma fonte de violações — mas poucos começaram a elaborar formas de enfrentar mais esse desafio.

Se essa necessidade já era latente até o começo de 2020, com a pandemia, que trouxe a digitalização de uma enorme parte da luta por direitos, disseminou as reuniões online e potencializou o compartilhamento de estratégias pelo ambiente virtual, a preocupação com segurança digital está como nunca antes na ordem do dia.

A Rede Transfeminista de Cuidados Digitais

lembra que a criminalização das lutas por justiça social pode vir por meios digitais que reverberam na vida presencial. O grupo nasce desse incômodo e trabalha para cuidar, articular, apoiar, formar e amparar mulheres de todo o Brasil em medidas de cuidados digitais. Em projeto apoiado pelo Fundo Brasil, a rede realizou um processo de formação com defensoras de direitos humanos para discutir e criar estratégias de proteção digital e psicossocial.

“Antes as crianças ficavam brincando”, conta Maria Leusa Munduruku. “Hoje, depois do ataque, ficam dentro de casa assistindo TV. É muito difícil para a gente”, continua. Mas, mesmo diante das seguidas ameaças que sofre, ele segue em luta porque acredita que cada vida deve ser preservada. “Pense em uma árvore. Ela dá sombra, alimento, matéria prima para confecção de produtos e purifica o ar. Uma árvore cortada é a falta de tudo isso. Assim é uma vida ceifada, uma terra queimada, um território roubado, uma semente que não foi plantada. Uma vida vale todas as lutas!”, reflete. 🌱

Primeiro, sobreviver

Diante da emergência histórica imposta pela pandemia de Covid-19, o campo dos direitos humanos redirecionou esforços para lutar por alimentação e acesso à saúde. Agora, precisa de apoio para a reestruturação das organizações de base em seus territórios

Por Vanessa Cancian

No começo de 2020, tudo o que planejamos e imaginamos para o futuro se transformou. Em meio a uma situação de pandemia que as gerações do presente desconheciam, medos e incertezas afloraram. Concretamente, uma doença sobre a qual quase nada se sabia, as dores e mortes dela decorrentes, desemprego e fome passaram a ser o foco das necessidades da população brasileira.

A Covid-19 transformou a pauta dos direitos humanos. Imersos nas demandas urgentes da sobrevivência, grupos, coletivos, ativistas e organizações voltaram o seu olhar para ajudar a mitigar as emergências em suas comunidades: alimentos, água potável, produtos de limpeza e higiene pessoal, máscaras, acesso imediato a políticas e equipamentos públicos de atendimento à saúde e de obtenção de algum auxílio financeiro.

A Covid-19 transformou a pauta dos direitos humanos. Imersos nas demandas urgentes da sobrevivência, grupos, coletivos, ativistas e organizações voltaram o seu olhar para ajudar a mitigar as emergências em suas comunidades

Em outras palavras, defender direitos humanos na pandemia virou sinônimo de sobreviver e salvar o máximo possível de vidas, em sentido literal.

“O desafio que a gente teve na pandemia foi justamente ajudar a nossa comunidade com tudo que estava faltando, que era saúde, alimentação e higiene”, conta a ativista Colle Cristine. Comunicadora na Casa Nem, um centro autônomo de acolhimento e apoio a pessoas LGBTQIA+ na cidade do Rio de Janeiro, ela conta que tiveram enorme dificuldade de conseguir cestas básicas, álcool em gel e outros itens no começo da pandemia.

A **Casa Nem** foi um dos grupos e ativistas atendidos pelo Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19, iniciativa do Fundo Brasil de Direitos Humanos lançada em abril de 2020 para ajudar o campo dos direitos humanos no Brasil a enfrentar as consequências da pandemia entre as pessoas e comunidades mais vulnerabilizadas do país.

Esse fundo emergencial voltado à pandemia foi uma iniciativa inédita na história do Fundo Brasil. A fundação criada 15 anos atrás com a missão de promover o respeito aos direitos humanos tem na mobilização para defesa de direitos, no apoio à auto-organização popular e no impulsionamento e fortalecimento de redes de ação a sua metodologia central de trabalho.

“Com a chegada da pandemia, nós fizemos uma ampla reflexão para entender que naquele momento estávamos diante de uma situação muito emergencial, que era de vida ou morte”, conta Ana Valéria Araújo, superintendente do Fundo Brasil. “Entendemos que, por conta da pandemia, a defesa de direitos não sobreviveria sem cestas básicas, itens de higiene, apoio logístico para distribuição dessas doações. Garantir a defesa de direitos, naquele momento, era garantir primeiro a sobrevivência dessas pessoas”.

Vale dizer que lideranças populares desempenharam um papel fundamental para fazer cadastros, organizar documentos e ajudar pessoas a acessarem políticas públicas, como o auxílio emergencial. E, por isso, precisaram de apoio para terem condições de trabalhar remotamente. “Recursos foram destinados também para custeio de serviço de internet, telefone e outros gastos com infraestrutura para que as pessoas trabalhassem nas suas casas”, conta Allyne Andrade, superintendente adjunta do Fundo Brasil que assumiu a função no começo da pandemia.

Em todos os estados brasileiros, 275 pedidos de ajuda de grupos de base, comunidades, defensoras e defensores de direitos humanos foram contemplados pelo Fundo de Apoio Emergencial Covid-19, o que representou um montante de R\$ 2,5 milhões. Para isso, foi preciso fazer esforços extras de captação de recursos, por meio de campanhas e diálogos com entidades nacionais e internacionais.

Na prática, mobilizar tal volume de recursos para ajuda humanitária representou o apoio à defesa de direitos humanos possível e necessário diante da emergência histórica. Allyne Andrade



observa que o campo dos direitos humanos, neste período, concentrou suas forças para garantir comida no prato, vacina no braço, defender a saúde pública, o SUS, e combater as fake news. “O Fundo Brasil conseguiu dar respostas rápidas às demandas”, disse.

“O campo dos direitos humanos concentrou suas forças para garantir comida no prato e vacina no braço, defendendo a saúde pública, o SUS, as campanhas de vacinação e também combatendo as fake news”, diz Allyne Andrade

Comida no prato

Na **Ocupação Izidora**, em Belo Horizonte, um enorme conjunto de assentamentos urbanos onde vivem cerca de 8 mil famílias, o acesso ao recurso do Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19 ajudou lideranças como Paula Cristina Fonseca da Silva, a Paulinha, que coordena um dos núcleos da ocupação, chamado de Vitória, a fornecer alimentos para as moradores em situação de maior vulnerabilidade. “Em plena pandemia, a gente reverteu tudo em alimentos, e foi

isso que permitiu a algumas famílias terem o que comer”, disse Paulinha.

Diante da crise sanitária que impôs severa falta de renda a uma parte da população brasileira, com taxa nacional de emprego entre os 13% e os 14% em todo esse período e apenas 25% das crianças brasileiras entre os 2 e 9 anos atendidas pelo SUS fazendo três refeições completas por dia, na Ocupação Izidora as campanhas por alimentos continuam. Segundo Paulinha, ainda há pelo menos 750 famílias em situação de extrema insegurança alimentar.

Para o projeto **Ajeum nas Ruas**, que alimenta pessoas em situação de rua na região central da cidade de São Paulo, o acesso ao recurso emergencial deu tranquilidade para fornecer essas refeições justo em um período em que as doações e rifas que sustentam a iniciativa ficaram mais difíceis pela dificuldade econômica generalizada. Criadora do projeto, Nega Duda se identifica como uma sobrevivente: “cantora, sambadeira, mulher preta que sobrevive da sua arte”, ela se define. O Ajeum nas Ruas reforçou sua relevância durante a crise sanitária, ofertando “comida cheia de axé” a um dos segmentos da população mais vulnerabilizados pela escassez decorrente da pandemia.

Mulheres indígenas que vivem em Manaus também se viram em situação de extrema escassez por causa do isolamento social e dos riscos da Covid-19. Muitas delas trabalham como diaristas, sem estabilidade no emprego. “As nossas parentes que vivem nas aldeias têm roça, pescam. Nós aqui em Manaus ficamos em situação de insegurança alimentar e precisamos garantir cestas básicas”, explicou Clarice Arbela, diretora da **Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro**, que reúne cerca de 70 mulheres.

Clarice, que é do povo Tukano, conta que muitas mulheres indígenas não conseguiram voltar aos antigos trabalhos, mesmo depois de quase dois anos. No entanto, ao garantir as cestas básicas, o apoio emergencial permitiu a várias dessas mulheres se aprimorarem na produção de artesanato com a fibra do tucum, o que vem se

tornando para algumas delas uma fonte de renda. É um exemplo claro de como mesmo os pequenos apoios podem fazer uma grande diferença na luta por justiça social. O Fundo Covid-19 fez doações emergenciais de até 10 mil reais para cada coletivo ou comunidade.

A Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro fez com que o apoio recebido reverberasse para além do emergencial, uma vez que elas puderam valorizar e encarar o artesanato com a fibra de tucum como uma categoria de trabalho e uma forma de obter renda

Na Casa Nem, no Rio de Janeiro, esse papel multiplicador da doação também pode ser constatado. Além de alimentos e artigos de higiene para as pessoas acolhidas, o recurso possibilitou o

trabalho da Kuzinha Nem, iniciativa de economia solidária que forneceu comida vegana por delivery durante a pandemia, gerando renda para as pessoas que nela atuam.

Suporte para continuar

Todas as reflexões, escutas e diálogos com o campo dos direitos humanos levaram o Fundo Brasil a executar, rapidamente, o Fundo de Apoio Emergencial: Covid-19. E também deixaram um legado mais duradouro no trabalho da fundação. A partir do segundo semestre de 2020, entendendo que as organizações de defesa de direitos humanos precisavam de fôlego para se reestruturar e se reerguer, parte dos editais passaram a ter como foco prioritário o apoio institucional a esses grupos.

“Isso significa que os grupos podem pedir, em suas propostas enviadas aos editais, recursos para aluguéis, ajudas de custo para os ativistas e voluntários e demais itens que apoiam a manutenção da organização e do trabalho que ela já faz”, disse Allyne Andrade. “É apoio não mais para projetos apenas, para conjuntos específicos de atividades, mas para que os grupos continuem resistindo aos retrocessos em direitos.”

No ano de 2021, a estratégia para seguir apoiando grupos de direitos humanos no enfrentamento às consequências da pandemia foi a de unir esforços a campanhas criadas pelas próprias organizações de base. O Fundo Brasil colocou as suas capacidades de captação de recursos a serviços de iniciativas da **Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)**, que buscou garantir atendimento à saúde e alimentos a povos indígenas da Amazônia, e da **Coalizão Negra Por Direitos**, na campanha Tem Cente Com Fome.

Não é demais fazer coro à criadora do Ajeum nas Ruas, Nega Duda, e lembrar que “nós somos esse povo que não deixa de acreditar”. Para ela, olhar para o futuro significa “reciclar, cuidar uns dos outros e manter viva essa força de fazer políticas públicas que cuidem desse povo maravilhoso que a gente tem. O futuro é nosso e vamos virar esse jogo”, finaliza.

nosso números em 15 anos

R\$ 38,5 milhões doados a organizações de direitos humanos

30 chamadas gerais e temáticas

922 projetos apoiados em todo o país

25 encontros de formação para integrantes de projetos apoiados

161 visitas a projetos apoiados em suas localidades, nas 5 regiões do país

46 eventos de sensibilização do público (seminários temáticos, shows musicais e outros)

29 campanhas e 40 produtos de comunicação (publicações, vídeos e uma plataforma de conteúdos)



nosso atuação

922 projetos apoiados em todo o país

Direito à livre
expressão,
organização e
manifestação

Direito à livre
orientação sexual
e identidade de
gênero

Direitos
de crianças e
adolescentes

Direitos das
Juventudes

Direitos
socioambientais
no âmbito dos
megaprojetos

Enfrentamento
ao racismo

Direitos das
populações
quilombolas e
tradicionais

Direito
à terra

Direito a
cidades justas e
sustentáveis

Direitos das
mulheres

Direitos
dos povos
indígenas

Enfrentamento
ao tráfico de
pessoas e
ao trabalho
escravo

Garantia
do Estado de
Direito e Justiça
Criminal

